



Relatório do EREJA João Pessoa -PB

**TEMA: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA PARA A REGIÃO
NORDESTE**

Irisdalva Soares Barbosa Pinto

Teresina, dezembro de 2010

RELATÓRIO DO I EREJA

Professora: Irisdalva Soares Barbosa Pinto

E-mail: irissoaresbp@hotmail.com Cel.; (86) 8845-8247-9925-3056

Período: 25 a 27 de novembro de 2010 – João Pessoa – PB

1º Dia: 25 de novembro

Noite

Mesa de abertura

Essa mesa foi composta por representantes das instituições abaixo relacionados:

Coordenadora do EREJA: Zoraida Arruda

Reitor da UFPB

Diretor do Centro- UFPB

Vice- Coordenador do Programa de Pós graduação em Educação

Um representante de cada Estado*

****O Piauí foi representado pelo prof. Lívio Wellington***

Conferência de Abertura: Desafios das Políticas Públicas de EJA para a Região Nordeste

Essa mesa foi formada pelos representantes de cada estado que deveriam apresentar os desafios de seus estados em relação às políticas públicas de EJA.

Segue a lista dos desafios apresentados pelos representantes:

- *redução de matrículas por alunos;
- *formação continuada para professores;
- *ausência de política de formação inicial;
- *até que ponto o fórum tem atuado dentro das questões da Agenda Territorial;
- *falta de articulação do fórum no estado;
- *formação de professor;
- *alfabetização em qualquer lugar, mas não de qualquer forma;
- *qual o papel do fórum;
- *necessidade de levar os educandos para o fórum.

2º Dia: 26 de novembro

Manhã

Mesa 1: Alfabetismo e Continuidade dos Estudos na EJA: um desafio ainda atual no Nordeste

Debate em plenária

Adriana Valéria Santos Diniz (UFRN)

Valéria falou da necessidade de se discutir políticas e práticas de alfabetização de modo articulado à continuidade dos estudos como um direito de cidadania (internacional e nacional) citando a CONFINTEA como um importante marco da EJA em âmbito internacional.

- **CONFINTEA I (Elsinore, 1949):** Pós Declaração Universal dos Direitos Humanos. Importância da educação de adultos, UNESCO como impulsora em âmbito internacional
- **CONFINTEA II (Canadá, 1960):** Educação de adultos como direito, como formação profissional e integrada ao sistema educativo (e não como apêndice). Preocupação com o analfabetismo.
- **CONFINTEA III (Japão, 1972):** Alfabetização e educação de adultos como educação permanente, parte integrante do sistema e não isolada. Necessidade de concentrar esforços no Terceiro Mundo. Preocupa abandono escolar dos jovens e se reconhece o ingresso dos jovens da EA.
- **CONFINTEA IV (Paris, 1985) Aparecem conceitos importantes *lifelong learning, andragogia e analfabetismo funcional*. Insta os Estados a adotarem um conceito civilizacional de “alfabetização” que aponte na direção da elevação do nível educacional e cultural do indivíduo. Que se adote uma diversidade de estratégias (campanhas, programas, uso das modernas tecnologias). O direito a aprender é entendido como o direito a ler, escrever, a ler o mundo e a escrever histórias, a ter acesso aos recursos educativos, desenvolver habilidades individuais e coletivas e viver em paz. Este direito é condição para o desenvolvimento, para solucionar problemas cruciais da humanidade.**
- **CONFINTEA V (Hamburgo, 1997) Não apenas um direito, mas como uma das chaves para o século XXI. Conceito de aprendizagem ao longo da vida. Repensar o conceito de alfabetização, desarticulá-lo da noção de déficit e articulá-lo com a criação de uma cultura escrita e com a participação nela em âmbito local, nacional e internacional.**

- **CONFINTEA VI** - documento final da Conferência Regional da América Latina e do Caribe Preparatória para a CONFINTEA VI, Cidade do México (México), setembro de 2008, "Compromisso renovado para a aprendizagem ao longo da vida", Da alfabetização à aprendizagem ao longo da vida" é o grande desafio que convoca esta Conferência Regional.
- Explicita a necessidade da passagem de uma concepção de educação de jovens e adultos ainda centrada na alfabetização para uma centrada na ALV (alfabetização ao longo da vida)
- **MARCO DE AÇÃO DE BELÉM -CONFINTEA VI (Brasil, 2009)** *A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político.*

○ **E no Brasil?**

BASE LEGAL / ORIENTAÇÕES

- **CF, LDB, LDB Parecer CNE/CEB 11/2000 ,Orientações da SECAD**

Levantou questionamentos:

1.Qual o tamanho do nosso desafio na atualidade?

A necessidade de valorizar as aprendizagens, os saberes em torno dos seres e de se buscar uma forma de como o institucional pode reconhecer e valorizar esses outros saberes.

2.O que diz a experiência acumulada na AJA e na EJA

Para apresentar esse questionamento, apresentou resultados de algumas pesquisas:

EVOLUÇÃO MATRÍCULA EJA BRASIL E NORDESTE

(2003 – 2006 e 2009)

ANO	EJA Fundamental e Médio		Só EJA Fundamental	
	BR	NE	BR	NE
2003	4.019.418	1.700.203	3.234.469	1.538.463
2004	4.330.961	1.886.163	3.342.531	1.632.254
2005	4.400.572	1.917.417	3.327.307	1.647.452
2006	4.680.371	1.953.228	3.461.747	1.677.226
2009	3.917.785	1.547.862	2.773.290	1.300.191

Fonte: INEP

PERSISTÊNCIA DO ANALFABETISMO JOVEM E ADULTO NO BRASIL

PNAD 1976: 21, 9% (12, 4% urbano e 40,1% rural)

CENSO 1980: 21, 9% (16, 9% urbano e 47,1% rural)

CENSO 1990: 16,1% (IBGE)

CENSO 2000: 12,9% (IBGE)

CONCLUSÕES DO IPEA - ?????

A constatação de que o analfabetismo muda, mais muito pouco, para os cortes demonstra a baixa eficácia dos programas de alfabetização de adultos e algumas causas podem ser aventadas: (a) baixa cobertura, já que, entre os atuais analfabetos, apenas pequena parte esta freqüentando a escola e geralmente em cursos de alfabetização de adultos. Isso se deve, em grande medida, a problemas de oferta, mas, também a problemas de desinteresse dos analfabetos em procurar os programas e aos erros de foco, estratégias pedagógicas etc.; e (b) baixa eficácia na alfabetização dos que estão matriculados, já que parcela expressiva do público potencial apresenta um histórico de fracasso escolar, pois já freqüentou a escola e tem sérias dificuldades de aprendizagem.

3.O que dizem os alunos?

Apresentou um contexto biográfico desses sujeitos adultos em que citavam relatos sobre:

recordações da escola

o abandono ou o não estudo na idade escola

o regresso aos estudos na idade adulta

prosseguir e concluir

o regresso aos estudos na idade adulta

o não regresso aos estudos

ALGUMAS CONCLUSÕES

- A EJA como direito / ALV – se concretiza na continuidade dos estudos
- Da retórica à ação
- Transições: Alfabetização (ingresso – conclusão) / EJA
- A escola precisa renovar-se
- A escola precisa preparar-se (criar mecanismos)
- Os órgãos de gestão também precisam se articular (superar isolamentos e fragmentação de programas e ações)
- Socializar boas experiências, rede de aprendizagens
- A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e da Educação de Adultos como oportunidade
- O NE precisa da nossa ação problematizadora, entusiasmada, renovada, esperançada, sonhadora. Este fórum é um ambiente privilegiado, pois é daqui que surge a possibilidade de mudar o quadro e assegurar a EJA como direito ao longo da vida.

4. Que caminhos podemos vislumbrar?

Encerrou com a fala de **Paul Belanger (Presidente ICAE) -encerramento CONFINTEA**

“Não é apenas “lifelong learning” ou “lifewide learning”, como entendem alguns. A EPJA é a possibilidade de cada um de nós de reconstruir o mundo e a nós mesmos”. É uma questão de produtividade, mas não apenas o desenvolvimento de estruturas materiais – são os recursos pessoais que estão em jogo, argumentou: “há 50 mil anos, a história vem sendo feita graças à inteligência humana. O desenvolvimento não é possível sem a participação ativa dos homens e mulheres”.

É justamente a necessidade de ação coletiva, mobilizando atores governamentais, do setor privado e a sociedade civil, com destaque ao papel das associações de educandos, que fará avançar a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA), defendeu o conferencista.

Luiz Gonzaga Gonçalves (UFPB)

Gonzaga destacou a essencialidade da luta para se consolidar a educação pública e gratuita de EJA como direito universal de aprender e perseverar nela, também a importância de se valorizar os conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, não restritos à escolarização.

2º Dia: 26 de novembro

Tarde – Grupos de Trabalhos

GT 1: Educação Popular e Educação do Campo

GT 2: Agenda Territorial

GT 3: Fóruns de EJA

GT 4: Diversidade dos Sujeitos

Gt 5: Formação de Professores

Participei do GT 3; Fóruns de EJA

Coordenador: Fátima Urpia (BA)

Nesse grupo, após várias propostas, o grupo acatou a sugestão sobre três aspectos:

“Problemas/debilidades, potencialidades e estratégias de luta dos Fóruns de EJA”

Em linhas gerais, o debate se deu sobre a militância dos diversos sujeitos, sobre o financiamento dos diversos grupos da EJA e sobre a legalidade que o Fórum tem para reivindicar.

Debilidades/Problemáticas:

- a dependência dos recursos do poder público compromete a autonomia dos Fóruns;
- não somos auto-sustentáveis;
- falta de clareza na identidade dos Fóruns (é ou não é um movimento social, exerce o papel de controle social?). Qual a natureza da relação entre os segmentos representados no fórum: parceria?, Disputa?
- Controle Social? Diálogo?
- qual é a legalidade que o fórum tem para reivindicar?
- que poder o Fórum tem quando tem pouca representatividade?
- qual a natureza da nossa luta no tempo presente, diferente do cenário pós-Confinetea V, quando temos acento na CENAEJA, interlocução com o MEC e avanços na legislação?
- a entrada para participar, em alguns fóruns, é muito difícil;
- falta de recursos para as atividades propostas pelo MEC e outras atividades importantes.
- pouca participação dos educandos e educadores;
- rotatividade;
- a falta de clareza da natureza do fórum impede a participação e atuação de novos participantes;

Possibilidades:

- até que ponto os fóruns tem contribuído para as políticas públicas de EJA;
- precisamos ser criativos numa perspectiva dos princípios da Educação Popular. Reinventar a EJA em seus diversos espaços, principalmente nos espaços institucionais;
- envolvimento das instituições é muito fluida. Precisamos definir de que autonomia falamos (financeira e política)? Autonomia financeira deve vir dos segmentos que representam que se co-responsabilizem. Para além da participação no Fórum está a militância dos diversos sujeitos (educando, educador, gestor...) em diversos espaços de atuação (formal, informal);
- como entidade representativa da EJA, pode dialogar com os poderes públicos e em última instância fazer denúncia aos órgãos competentes;
- temos avançado a nível nacional na discussões de políticas públicas. Há um canal de comunicação entre os representantes dos fóruns e governo federal (CNAEJA/SECAD), entretanto, precisamos nos fortalecer regionalmente. Exemplo: a fragilidade no encaminhamento das agendas territoriais nos estados.

Estratégias de luta:

- articulação com as diversas instituições públicas (IES) e da sociedade civil para a captação de recurso;
- é preciso reinventar, ser criativo, se fortalecer no que nos une;

- necessidade de tentar garantir um assento, enquanto fórum, nos conselhos estadual e municipal;
- qualificação da sociedade civil (a começar pelos segmentos que estão representados no fórum) para participar dos espaços de disputa.

3º Dia: 27 de novembro

Manhã

Mesa 2: EJA e o Mundo do Trabalho: Educação Popular e Economia Solidária como alternativas

Debate em plenária

Roberto Veras

Roberto Veras em sua fala, disse que a economia solidária surgiu da necessidade da alternativa de gerar emprego e renda e que ela vem se constituindo da periferia do sistema.

Para que ela funcione, é preciso integrar dois elementos: conhecimento e prática.

É preciso reinventar as tecnologias. Suscitar outras práticas educativas, formação adequada aos seus propósitos.

Deve-se apresentar alternativas para fornecer elementos de crítica ao trabalho capitalista e, para isso é preciso reinventar, criar parâmetros para que a EJA seja também reinventada.

José Neto

Neto define trabalho como uma atividade adequada a um fim material.

Apresenta alguns elementos que deve ter a Economia Solidária:

- * pedagogia própria;
- * filosofia de pensar;
- * produzir, apropriar-se
- * processo de fazer;
- * coletiva;
- * discutida.

A Economia Solidária é um processo de valorização social do trabalho humano.

Ela só existe se tiver um lastro educativo.

3º Dia: 27 de novembro

Tarde

-Apresentação do resultado das discussões dos GTs

Mesa 3: Repercussões das Deliberações da CONFINTEA VI para as Políticas Públicas de EJA no Nordeste

Não foi possível participarmos dessa mesa. Nosso retorno foi antes do encerramento.

CONCLUSÃO:

Foi um encontro organizado, considerando que o tempo planejado foi bem aproveitado com as discussões e principalmente com a participação de todos até o final. Em todas as mesas ficou clara a preocupação e necessidade de nos fortalecermos para melhorar a educação e esse fortalecimento diz respeito à nossa formação seja como participantes do fórum ou de qualquer outro grupo, seja como educador etc. Esse deve ser o momento de procurarmos respostas para muitas perguntas.